

Curitiba - PR


BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)


ATIVO

NOTA	2.017	2.016
CIRCULANTE	3.157.291	2.677.124
Caixa e equivalentes de caixa	2.748.410	2.107.337
Contas a receber	66.227	253.671
Adiantamentos	313.425	297.462
Impostos e contribuições a recuperar	3.710	4.029
Despesas antecipadas	25.519	14.625
NÃO CIRCULANTE	3.605.255	3.107.459
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	525.735	388.005
Depositos Judiciais	600	5.450
Impostos e contribuições a recuperar	525.135	376.700
Juros sobre financiamento a apropriar	0	5.855
Imobilizado	3.079.520	2.719.454
TOTAL DO ATIVO	6.762.546	5.784.583

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Maria Izabel Scheidt Pires
Presidente


Valdecyr dos Santos Xavier
Contador


Giceli Stoco
Coordenadora Financeira

AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ
CNPJ: 76.712.918/0001-25

Curitiba - PR

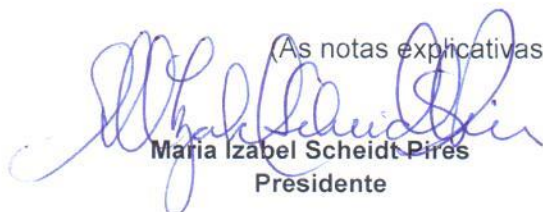
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)

PASSIVO

	NOTA	2.017	2.016
CIRCULANTE		1.652.154	1.590.412
Fornecedores	9	185.062	323.066
Salários e tributos sobre a folha de pagamento	10	596.138	492.792
Empréstimos e financiamentos	11	16.954	6.518
Obrigações de férias e encargos sociais		762.565	751.985
Outras obrigações		91.435	16.051
NÃO CIRCULANTE		158.837	246.001
Empréstimos e financiamentos	11	0	22.193
Provisão para contingências	12	158.837	223.808
PATRIMÔNIO SOCIAL		4.951.555	3.948.170
Patrimonio Social	13	3.409.545	2.957.574
Superávit do período	13	1.542.010	990.596
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.762.546	5.784.583

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Maria Izabel Scheidt Pires
Presidente


Giceli Stoco
Coordenadora Financeira



Valdecyr dos Santos Xavier
Contador

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(Em R\$ 1)

	NOTA	PERÍODOS			
				01/JAN./2.017 A 31/DEZ./2.017	01/JAN./2.016 A 31/DEZ./2.016
		Educação	Assistência social		
RECEITAS OPERACIONAIS		1.762.330	13.553.378	15.315.708	14.502.604
Com vendas de produtos	17	0	6.676.954	6.676.954	7.316.033
Com serviços	17	996.138	175.319	1.171.457	2.317.159
Doações de pessoas físicas e jurídicas	17	206.609	1.986.415	2.193.024	621.140
Receitas com convênios	18/19	559.583	4.714.690	5.274.273	5.063.265
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		(996.138)	(34.751)	(1.030.889)	(1.199.306)
Serviços Educacionais Gratuidade		(996.138)	0	(996.138)	(1.100.039)
Vendas Canceladas		0	(34.751)	(34.751)	(99.267)
RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS		766.192	13.518.627	14.284.819	14.118.291
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS		(1.079.461)	(9.414.512)	(10.493.973)	(11.973.330)
Produtos e serviços		0	(4.300.287)	(4.300.287)	(5.243.729)
Projetos de assistência social	16	0	(5.114.225)	(5.114.225)	(5.629.562)
Custos dos serviços educacionais	17	(1.079.461)	0	(1.079.461)	(1.100.039)
SUPERÁVIT BRUTO		(313.269)	4.104.115	3.790.846	2.144.961
			0		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		472	(2.477.693)	(2.477.221)	(1.795.075)
Despesas gerais e administrativas		0	(2.627.043)	(2.627.043)	(1.775.332)
Despesas tributárias		0	(13.247)	(13.247)	(69.565)
Despesas financeiras		0	(70.540)	(70.540)	(129.497)
Receitas financeiras		472	233.137	233.609	179.319
RESULTADO OPERACIONAL		(312.797)	1.626.422	1.313.625	349.886
Outras receitas		0	237.287	237.287	1.062.009
Outras despesas		0	(10.902)	(10.902)	(421.299)
SUPERÁVIT DO PERÍODO	15	(312.797)	1.852.807	1.540.010	990.596

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Maria Izabel Scheidt Pires
Presidente


Valdecyr dos Santos Xavier
Contador


Giceli Stoco
Coordenadora Financeira

AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ

CNPJ: 76.712.918/0001-25

Curitiba - PR

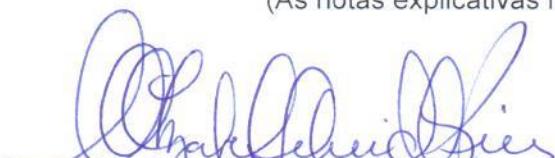
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em R\$ 1)

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2.016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2.017

DESCRIÇÃO	CONTA	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT DO PERÍODO	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ/2016		<u>2.957.574</u>	<u>990.596</u>	<u>3.948.170</u>
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social		1.013.956	(1.013.956)	0
Superávit do Período		0	990.596	990.596
SALDOS EM 01/JAN/2017		<u>2.957.574</u>	<u>990.596</u>	<u>3.948.170</u>
Ajuste de exercicios anteriores (13)		(538.625)		(538.625)
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social		990.596	(990.596)	0
Superávit do Período		0	1.542.010	1.542.010
SALDOS EM 31/DEZ/2017		<u>4.400.141</u>	<u>551.414</u>	<u>4.951.555</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Maria Izabel Scheidt Pires
 Presidente


Giceli Stoco
 Coordenadora Financeira


Valdecyr dos Santos Xavier
 Contador

AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ

CNPJ: 76.712.918/0001-25

Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em R\$ 1)

	PERÍODOS	
	01/JAN./2.017 A 31/DEZ./2.017	01/JAN./2.016 A 31/DEZ./2.016
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	1.542.010	990.596
Ajustes:		
Depreciação e amortização	273.585	182.157
Provisão para contingências	(64.970)	41.000
Resultado líquido ajustado	1.750.625	1.213.753
Variações nas contas a receber	186.828	482.136
Variações nos adiantamentos	(15.963)	(109.068)
Variações nos depósitos em garantias	0	90
Varição nos depósitos judiciais	4.850	4.493
Variações nos impostos e contribuições a recuperar	(153.473)	(377.016)
Outras variações ativas	(880)	98.306
Variações nas contas a pagar com fornecedores	(136.191)	71.682
Variações nas obrigações com funcionários	103.345	9.533
Variações nas obrigações com férias e encargos sociais	14.998	103.213
Outras variações passivas	(467.658)	(17.881)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.286.481	1.479.241
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no Ativo Imobilizado	(633.652)	(1.707.932)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(633.652)	(1.707.932)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos pagos a título de empréstimos	(11.756)	(43.933)
Caixa líquido utilizado/proveniente das atividades de financiamento	(11.756)	(43.933)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	641.073	(272.624)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	641.073	(272.624)
No início do período	2.107.337	2.379.961
No fim do período	2.748.410	2.107.337

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)


 Maria Izabel Scheidt Pires
 Presidente


 Giceli Stoco
 Coordenadora Financeira


 Valdecyr dos Santos Xavier
 Contador

INDICADORES FINANCEIROS

Segue abaixo os Indicadores Financeiros da **Ação Social do Paraná**, para o exercício de 2017:

* **Liquidez Geral (LG);**

Fórmula:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

$$LG = 2,03$$

* **Liquidez Corrente (LC);**

Fórmula:

$$LC = (AC / PC)$$

$$LC = 1,91$$

* **Endividamento (E);**

Fórmula:

$$E = (PC + ELP) / (AC + ANC)$$

$$E = 0,27$$

ONDE:

AC	=	Ativo Circulante	R\$	3.157.291
PC	=	Passivo Circulante	R\$	1.652.154
ANC	=	Ativo Não Circulante	R\$	3.605.255
PNC	=	Passivo Não Circulante	R\$	158.837
RLP	=	Realizável Longo Prazo	R\$	525.735
ELP	=	Exigível Longo Prazo	R\$	158.837

Curitiba, de 2018.


Valdecyr dos Santos Xavier
Contador

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ - ASP**, fundada em 13 de dezembro de 1944, com sede e foro à Rua Baltazar Carrasco dos Reis, nº 1787, em Curitiba PR., é uma Associação filantrópica, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF nº 76.712.918/0001-25 e com uma filial fundada em 08 de agosto de 2007, com sede e foro à Praça Rui Barbosa, n.º 790 em Curitiba PR., inscrita no CNPJ/MF nº 76.712.918/0002-06.

A **ASP** tem como diretriz “Caminhar com a comunidade e promover a vida” em uma busca constante do bem comum, de uma sociedade mais justa, de cidadãos plenos de direitos e dignidade, de políticas públicas efetivas que garantam que todas as famílias possam gozar do bem-estar e da igualdade.

O CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social, no qual somos certificados onde nossa última renovação foi determinada pela portaria nº 158 de 13 de novembro de 2013 do Diário Oficial da União datado de 14 de novembro de 2013, com prazo de validade até 15/05/2015.

A documentação do Processo nº 71000.125713/2014-37 para o período de 16/05/2015 a 15/05/2018, foi protocolado tempestivamente em 17/10/2014, o processo para o período de 16/05/2018 a 15/05/2021 foi Protocolado tempestivamente sob o nº 71000.001913/2018-29 em 11/01/2018 que se encontra em análise.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As alterações trazidas pela Lei número 11.638/07 e pela Lei número 11.941/09 à Lei número 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

Foi adotada, também, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.409/2.012, que se refere à ITG 2002(R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a qual trata em específico dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos:

a) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas, eliminando os centavos.

b) RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

As receitas, custos e despesas foram registrados por seus valores originais e de acordo com a sua competência.

c) PERDAS ESTIMADAS PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Durante o ano de 2017 não foram reconhecidos valores a título de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa de acordo com critérios estabelecidos pela administração e julgados suficientes para cobrir eventuais perdas. Foi mantido o saldo do exercício anterior.

d) ESTOQUES

Os estoques estão representados basicamente por itens de alimentação avaliados pelos custos médios de aquisição, líquidos de impostos, que não superam os valores de recuperabilidade.

Encontra-se zerado em função da rotatividade dos produtos, que ocorre dentro do próprio mês, pois a grande maioria dos produtos é perecível. Com essa política reduzimos custos de estocagem e zelamos pela qualidade dos produtos.

e) IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das suas depreciações correspondentes, calculadas pelas taxas estabelecidas em função da vida útil estimada por espécie de bens.

f) OBRIGAÇÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Foram constituídas provisões, com base no regime de competência, observando as férias transcorridas e ainda não gozadas, num montante julgado suficiente para cobertura das obrigações com férias dos seus funcionários, apropriadas até a data de encerramento do balanço.

Essas provisões foram calculadas partindo do número de dias de férias, convertidos para valor em moeda pelo salário atual de cada funcionário, acrescidas de um terço constitucional e os respectivos encargos sociais, conforme legislação trabalhista em vigor.

g) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as normas contábeis brasileiras e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

h) GERENCIAMENTO DO RISCO

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco, juntamente com seus conselhos de administração e fiscal.

O objetivo da Administração é controlar os riscos operacionais de contas a receber, de créditos, de investimentos, de liquidez, para que com estes cuidados evitar a ocorrência de perdas financeiras e danos à reputação da instituição, buscado a eficiência dos custos sem restringir a iniciativa e a criatividade de seus colaboradores.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo compostos por aplicações em poupança e fundos de renda fixa e possuem liquidez imediata.

Descrição	2.017	2.016
Caixa	7.376	35.179
Bancos	71.147	322.560
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.669.887	1.749.598
Totais	2.748.410	2.107.337

NOTA 5. CONTAS A RECEBER

Estão apresentadas pelos valores originais, ajustadas pela expectativa de perdas na sua realização, conforme demonstrado a seguir:

Ação Social do Paraná
CNPJ nº76.712.918/0001-25

Curitiba - PR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017
Valores Expressos em R\$ 1

Descrição	2.017	2.016
Contas a receber ASVP - moradoras	24.981	13.372
Contas a receber ASVP – Centro Dia	33.278	28.236
Contas a receber – Contratos PMC	0	63.313
Contas a receber Restaurante Popular	317.966	457.028
Outras contas a receber - Alugueis	0	1.720
(-) Perdas Estimadas para Cred. Liq. Duvidosa (a)	(309.998)	(309.998)
Totais	66.227	253.671

(a) Movimentação das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Movimentação	2.017	2.016
Saldo anterior	(309.998)	0
Nova Provisão p/PCLD	0	309.998
Saldo Final	(309.998)	(309.998)

NOTA 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Saldo composto por valores a recuperar junto à Receita Federal do Brasil.

Descrição	2.017	2.016
Impostos Federais	3.710	4.029
PIS a Receber – transitado em julgado	525.135	376.700
Total de impostos e contrib. arecup. - Circulante	528.845	380.729

NOTA 7. ADIANTAMENTOS

Os valores de adiantamento a empregados referem-se a empréstimos que estão sendo descontados parceladamente em folha de cunho particulares e ou prejuízos de danos materiais, valores de adiantamento de férias serão compensados com as férias gozadas em janeiro de 2018. O valor adiantado as moradoras referem-se a empréstimos efetuados para pagamentos de despesas das moradoras do Asilo São Vicente de Paulo, que serão compensadas no momento da liberação de seus benefícios sociais e/ou cobrado de seus responsáveis legais.

Descrição	2.017	2.016
Adiantamento a empregados	3.881	5.415
Adiantamentos de férias	89.575	73.828
Adiantamentos a fornecedores	0	2.801
Adiantamento a moradoras	219.969	215.418
Totais	313.425	297.462

Ação Social do Paraná
CNPJ nº76.712.918/0001-25
Curitiba - PR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017
Valores Expressos em R\$ 1

NOTA 8. IMOBILIZADO

Descrição	2017	2016
Terrenos	179.467	243.783
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.780.634	1.194.546
Veículos	605.346	429.401
Máquinas e equipamentos	390.154	201.484
Móveis e utensílios	873.798	747.004
Equipamentos de informática	340.676	276.597
Obras em andamento	0	391.109
Outras imobilizações	0	52.500
(-) Depreciação acumulada	(1.090.555)	(816.970)
Totais	3.079.520	2.719.454

NOTA 9. FORNECEDORES

Os valores registrados na conta fornecedores foram liquidados nos primeiros meses de 2018.

Descrição	2.017	2.016
Fornecedores	185.062	323.066

NOTA 10. SALÁRIOS E TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

Estão representados pelos valores originais, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Salários a pagar	440.595	390.653
Contribuição previdenciária	44.778	40.557
FGTS	80.110	42.993
IRRF	9.667	7.108
Outros valores	20.988	11.481
Totais	596.138	492.792

NOTA 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores de empréstimos e financiamentos do passivo circulante referem-se a financiamento de veículos e empréstimos consignados de funcionários.

Os valores alocados no Passivo Não Circulante referem-se a financiamentos junto a instituições financeiras para aquisição de veículos e empréstimos contraídos junto a outras instituições.

Os financiamentos de veículos estão garantidos pelo vínculo do bem e foram contratados com base na menor taxa de juros apresentada na época no mercado. Já os empréstimos com outras instituições não tem incidência de juros e nem ativos dados em garantia.

Especificação	2.017	2.016
Empréstimos instituições financeiras	16.954	6.518
Passivo Circulante	16.954	6.518
Empréstimos e financiamentos	0	22.193
Passivo Não Circulante	0	22.193

NOTA 12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para os processos trabalhistas constituímos provisões de contingências, no valor de **R\$158.837** (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais) no passivo não circulante, baseado no relatório de nossos advogados, representado pela conta Provisões para Contingências.

Para os processos de Tomada Especial de Contas, existentes junto ao Tribunal de Contas, não foram constituídas provisões devido aos processos se tratarem apenas a divergências burocráticas, resultando em punições mais orientativas que financeiras.

NOTA 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Refere-se ao resultado (déficit/superávit) apurado em cada período, incorporado ao patrimônio social, para manutenção dos objetivos sociais da Entidade.

A Entidade não remunera os membros componentes de sua diretoria, conselheiros, associados ou equivalentes e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma forma e atende integralmente os termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN).

No exercício em curso foi efetuado ajuste de exercício anterior, tendo em vista que não foi considerado a baixa dos custos de imóvel alienado.

NOTA 14. SEGREGAÇÃO POR ATIVIDADE OPERACIONAL

Atendendo ao disposto na legislação vigente, a entidade mantém a escrituração contábil segregada por área de atuação (Educativa e Assistencial), inclusive suas demonstrações financeiras.

NOTA 15. RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas da Entidade são apuradas através de recursos próprios, doações recebidas de pessoas Físicas e Jurídicas, prestação de serviços, vendas de bazar, festas, eventos, que totalizaram receitas (bruta) no montante de **R\$15.315.708** (quinze milhões, trezentos e quinze mil e setecentos e oito reais), e de convênios e contratos com o governo federal, estadual e municipal, além de entidades privadas.

Fazem parte de nossas atividades: administrar os Restaurantes Populares de Curitiba e um em Maringá, que obteve uma receita bruta no valor de **R\$6.301.286** (seis milhões, trezentos e um mil e duzentos e oitenta e seis reais).

No ano de 2017, as receitas que recebemos do Poder Público e ou de entidades privadas em auxílios aos convênios e subvenções, resultaram no valor de **R\$5.274.273** (cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil e duzentos e setenta e três reais), para administrar e manter o Asilo São Vicente de Paulo, Creches, Brinquedotecas e diversos projetos voltados à busca constante do bem comum, informamos abaixo os nossos parceiros:

Nº	Parceiros	Unidade	Valor
22282	Secretaria Municipal de Educação	CEI Brilho do Sol	454.509
22281	Secretaria Municipal de Educação	CEI Bom Pastor	608.684
01/2017	Sec. Estadual Desenvol. Social	Asilo S. Vicente	456.298
4894	Fundação de Ação Social	Asilo S. Vicente	10.800
4913	Fundação de Ação Social	Asilo S. Vicente	2.202.700
4926	Fundação de Ação Social	Asilo S. Vicente	270.720
5194	Fundação de Ação Social	Asilo S. Vicente	1.072.562
5059	Fundação de Ação Social	Asilo S. Vicente	198.000
Total			5.274.273

Todos os recursos recebidos pela entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelos seus, custos, despesas e investimentos patrimoniais, apurando-se um superávit de **R\$1.542.010 (hum milhão, quinhentos e quarenta e dois mil e dez reais)** para o exercício de 2017.

NOTA 16. PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONVENIADOS

Em atendimento aos seus objetivos estatutários, e em aderência aos preceitos estabelecidos na Lei 12.101/2009, alterada pela lei 12.868/2013, a entidade aplicou uma parcela dos seus recursos em projetos de assistência social e outras ações de caráter filantrópico.

A entidade mantém os seguintes projetos sociais com recursos próprios e de convênios:

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Quantidade de Atendidos	Valor Aplicado
BRINQUEDOTECA EM AÇÃO – Unidade Boqueirão		
Proteção Social Básica–Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 14 Anos. Tendo como objetivo fortalecer vínculos familiares e comunitários visando a prevenção das situações de riscos sociais e viabilizar a promoção do protagonismo no acesso aos seus direitos.	57 Crianças e adolescentes	R\$32.670
BRINQUEDOTECA EM AÇÃO – Unidade Tatuquara		
Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 14 Anos. Tendo como objetivo fortalecer vínculos familiares e comunitários visando a prevenção das situações de riscos sociais e viabilizar a promoção do protagonismo no acesso aos seus direitos.	75 Crianças e adolescentes	R\$83.479
CENTRO DIA – ASILO SÃO VICENTE DE PAULO		
Proteção Social Especial de Média Complexidade - serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, programa voltado ao atendimento dia de idosos de ambos os sexos que vivem com suas famílias. Objetiva prevenir o acolhimento institucional, a violência intrafamiliar e a segregação dos idosos, assegurando o direito a convivência familiar e comunitária através da promoção da socialização e integração gerando a melhora na qualidade de vida dos idosos semidependentes e independentes, seus cuidadores e suas famílias.	30 Idosos	R\$127.167
ASILO SÃO VICENTE DE PAULO		
Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Serviços de	171 Idosas	R\$4.870.909

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017
Valores Expressos em R\$ 1

Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos. Tendo como objetivo implementar ações de atendimento integral institucional, em modalidade de longa permanência, para idosos com diferentes necessidades e graus de dependência, em consonância com a tipificação nacional de serviços sócio assistenciais.		
Total dos Projetos de Assistência Social	***	R\$5.114.225

NOTA 17. PROJETOS EDUCACIONAIS CONVENIADOS

Em outubro de 2013 foi sancionada a Lei 12868 que trouxe substanciais alterações à Lei 12101/2009, em especial sobre a apuração da gratuidade na área da educação. Estas alterações serão consideradas pelo Ministério da Educação na avaliação dos requerimentos de concessão ou renovação protocolados a partir de 01/01/2016.

Com estas alterações, a gratuidade na área da educação deverá ser apurada mediante a proporção de alunos bolsistas em relação aos pagantes: uma (1) bolsa integral para cada cinco (5) alunos pagantes, sendo permitidas as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) para o cumprimento desta meta, desde que respeitado um mínimo de uma (1) bolsa integral para cada nove (9) pagantes.

Todos os serviços educacionais são 100% gratuitos a todos os alunos beneficiados. Nos termos do artigo 32 do Decreto 8242/14 a entidade atendeu aos requisitos mínimos de renda per capita para concessão das bolsas integrais, sendo que do total de alunos matriculados (185), os alunos com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio totalizou 171, que representou 92,43% do total.

Resumo	
CEI BRILHO DO SOL	
Total de Crianças	83
Nº de Famílias com renda per capita ate 1 salário mínimo e meio	80
Nº de famílias com renda per capita acima de 1 salário mínimo e meio	3
CEI BOM PASTOR	
Total de Crianças	102
Nº de Famílias com renda per capita ate 1 salário mínimo e meio	91
Nº de Famílias com renda per capita acima de 1 salário mínimo e meio	11
Total de alunos matriculados	185

A seguir demonstramos os custos totais referentes a cada unidade educacional:

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRILHO DO SOL		
<p>O Centro de Educação Infantil Brilho do Sol tem por objetivo atender os princípios e disposições previstas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e proposta pedagógica devidamente autorizada que objetivam:</p> <p>Possibilitar o desenvolvimento integral da criança por meio da Educação Infantil em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, via legislações postas que potencializem os serviços.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Igualdade de condições para acesso e permanência no CEI, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;✓ Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber;✓ Valorizar o profissional de ensino;✓ Realizar Gestão democrática do CEI Brilho do Sol;✓ Formar um caráter nobre, capacitando-o ao pleno exercício da cidadania;✓ Transformar os educando em seres pensantes, e não meros refletores de pensamentos alheios, capazes de desenvolver a autonomia e fazer suas próprias escolhas;✓ Valorizar a família mediante integração escola e comunidade;✓ Respeitar as leis e autoridades constituídas;	83 Crianças	R\$461.508
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BOM PASTOR – ASP		
<p>O Centro de Educação Infantil Bom Pastor - ASP iniciou suas atividades em agosto de 2014. Tem por objetivo atender os princípios e disposições previstas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e proposta pedagógica devidamente autorizada que objetivam:</p> <p>Possibilitar o desenvolvimento integral da criança por meio da Educação Infantil em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, via legislações postas que potencializem os serviços.</p> <p>Objetivos específicos:</p>	102 Crianças	R\$617.953

Ação Social do Paraná
CNPJ nº76.712.918/0001-25

Curitiba - PR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017
Valores Expressos em R\$ 1

<ul style="list-style-type: none">✓ Igualdade de condições para acesso e permanência no CEI, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;✓ Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber;✓ Valorizar o profissional de ensino;✓ Realizar Gestão democrática do CEI Bom Pastor;✓ Formar um caráter nobre, capacitando-o ao pleno exercício da cidadania;✓ Transformar os educando em seres pensantes, e não meros refletores de pensamentos alheios, capazes de desenvolver a autonomia e fazer suas próprias escolhas;✓ Valorizar a família mediante integração escola e comunidade;✓ Respeitar as leis e autoridades constituídas;		
Totais	185 Alunos	R\$1.079.461

Com relação aos demais itens requeridos (adequar às diretrizes do PNE, atender aos padrões mínimos de qualidade e prestar informações aos Censos Educacionais), os Centros de Educação Infantil da Ação Social do Paraná estão em plena regularidade perante o Ministério da Educação.

NOTA 18. BENEFÍCIOS FISCAIS

A Instituição na condição de entidade sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, nos termos da legislação vigente, se beneficiou do não recolhimento de tributos e contribuições. A seguir, estão estimados os principais benefícios:

Descrição	Valores estimados	
	2.017	2.016
Contribuição Social sobre o faturamento – COFINS	459.471	494.212
Imposto de Renda – IRPJ	385.479	247.625
Contribuição Social – CSLL	138.781	89.154
INSS Patronal	1.792.054	1.842.998
ICMS	576.348	511.662
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	58.573	111.350
Total	3.410.706	3.297.001

NOTA 19. SEGUROS

A Entidade mantém seguros de sua frota de veículos, dos imóveis e de seus colaboradores e mantém seguros de garantias sobre contratos de serviços, em substituição a depósitos de caução, nos casos em que ocorre essa exigência. Os seguros contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

NOTA 20. SERVIÇOS VOLUNTARIOS.

Em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.409 - ITG 2002(R1), destinada para Entidades sem Fins Lucrativos, relatamos as informações de gratuidade dos serviços voluntários aplicados durante o exercício de 2017. Foi utilizado o Salário Base da Categoria, R\$1.270 (hum mil e duzentos e setenta reais), como base para cálculo do trabalho voluntário, totalizando R\$ 25.794 (vinte e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais), conforme serviços diversos prestados nas nossa unidades ASILO SÃO VICENTE DE PAULO e CEI BRILHO DE SOL.

NOTA 21. FINALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

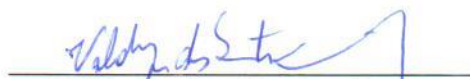
As Demonstrações Contábeis foram concluídas e autorizadas para divulgação pela Administração.



Maria Izabel Scheidt Pires
Presidente



Giceli Stoco
Coordenadora Financeira



Valdecyr dos Santos Xavier
Contador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores e Associados da
AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de Lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou



cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliação a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Curitiba, 25 de março de 2.018.

AUDIACTO AUDITORES INDEPENDENTES SS
CRC-PR 004.618/O-9

HELDER RIBEIRO MACHADO
CONTADOR CRC-PR 055.577/O-0



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ cumprindo o que determina o seu ESTATUTO SOCIAL no artigo nº 40 nas letras 'b', 'f' e 'g', reuniu seus membros nesta data, para examinar as Demonstrações Financeiras da Entidade; referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Após os exames e suas análises, deliberaram que as Demonstrações Financeiras, elaboradas pelo Contador responsável Sr. Valdecyr dos Santos Xavier, CRC-RJ nº RJ045207/O-1-T-PR e auditadas pela empresa Audiacto Auditores Independentes SS, CRC-PR nº 004.618/O-9, CVM nº 12.181, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira nos seus aspectos relevante no Exercício Social de 2017.

Sendo assim o Conselho Fiscal opina pela **APROVAÇÃO** das referidas demonstrações.

Curitiba, 02 de Abril de 2018.

Cleonice Terezinha Witkowsky

RG: 3.607.409 4 CPF: 584.793.419-04

Maria de Lourdes Oliveira

RG: 5043987-9 CPF: 507.481.229-15

Regina Amália Telles Fadel

RG: 051899120-3 CPF: 470.775.229-20